



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de serviços de coordenação e infraestrutura de apoio para eventos, compreendendo serviços especializados de transporte, recepção, alimentação, limpeza, incluindo planejamento e desenvolvimento das atividades e fornecimento de materiais e equipamentos, entre outros, destinados à realização do 26º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT 15ª Região, que acontecerá no Expo Dom Pedro, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026, no horário das 07 às 22 horas, com um público estimado de 1.000 (mil) pessoas.

#### 1.1. Natureza do objeto

É bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.) Ademais, o objeto é de natureza não continuada.

#### 1.2. Prazo da vigência da contratação e possibilidade de prorrogação.

180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 1.3 Quantitativos

Conforme tabela a seguir:

Grupo	Item (e subitem)	Descrição	Qtde	Unidade	Marca / Modelo de referência
1		Contratação de prestador de serviço	1	Serviço	
	1.1	Ônibus Executivos	4	Unidades	
	1.2	Serviços de limpeza	1	Serviço	
	1.3	Recepção e apoio	1	Serviço	
	1.4	Bombeiro Civil	1	Serviço	
	1.5	Garçon	1	Serviço	
	1.6	<b>Bufê (O LOCAL POSSUI FORNECEDOR EXCLUSIVO PARA ESTE SERVIÇO, NECESSÁRIO COTAR COM ELES)</b>	<b>1</b>	<b>Serviço</b>	
	1.7	Gerador	1		
	1.8	Totem carregador de celular	10	Unidades	
	1.9	Separador/organizador de fila	50	Unidades	
	1.10	<b>Acesso para internet à cabo e wi-fi (O LOCAL POSSUI FORNECEDOR EXCLUSIVO PARA ESTE SERVIÇO, NECESSÁRIO COTAR COM ELES)</b>	<b>1</b>	<b>Serviço</b>	
	1.11	Fornecimento e montagem de Mesas + pranchão	540	Unidades	
	1.12	Fornecimento de Stand	2	Unidades	
	1.13	Painéis de box + lona	14	Unidades	
	1.14	Banner em lona foscas	16	Unidades	
	1.15	Suporte para banner	20	Unidades	

NOTA: Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Sistema Compras.gov, e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, prevalecerão as deste documento.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Os Estudos Técnicos Preliminares que fundamentam a presente contratação estão juntados ao PROAD 19568/2025, cuja cópia está disponibilizada no portal deste Tribunal, e pode ser acessada através do link: <https://trt15.jus.br/transparencia/contas-publicas/pregoes-eletronicos>.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de serviços de coordenação e infraestrutura de apoio para eventos, compreendendo serviços especializados de transporte, recepção, alimentação, limpeza, incluindo planejamento e desenvolvimento das atividades e fornecimento de materiais e equipamentos, entre outros, destinados à realização do 26º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT 15ª Região, que acontecerá no Expo Dom Pedro, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026, no horário das 07 às 22 horas, com um público estimado de 1.000 (mil) pessoas.

O evento em tela é uma ação conjunta entre o TRT da 15ª Região e o Instituto Jurídico de Incentivo ao Estudo do Direito Social, associação civil sem fins lucrativos com personalidade jurídica de direito privado. Dentre a divisão de tarefas na sua organização, cabe ao Instituto a locação do espaço onde o evento será realizado, sendo o Centro de Convenções Expo Dom Pedro, em Campinas, SP, o lugar que oferece a melhor estrutura para suas necessidades. Como é extremamente usual no mercado de eventos, itens que interferem diretamente nas instalações físicas do local são restritos a empresas credenciadas que detêm a exclusividade para operar alguns serviços, dentre eles, fornecimento de alimentos e bebidas e acesso à internet. O primeiro por dar condições ao local de controlar a procedência, acondicionamento e preparo de mantimentos e insumos, garantindo a qualidade e especificações sanitárias dos alimentos e bebidas servidos. No local em comento, tal determinação possui um agravante pois dispõe apenas de sua própria cozinha para o preparo de A&B, não havendo qualquer outro espaço com os recursos necessários para tanto. Em relação à internet, cuja condição funcional exige a prévia instalação de cabos e conexões em forros, telhados, paredes e rede elétrica, torna-se indispensável a utilização do serviço já devidamente aparelhado, a fim de evitar danos à infraestrutura do local.

#### Regime de Execução:

empreitada por preço global

#### Justificativa:

É indispensável que uma única empresa seja responsável por toda a execução dos serviços contratados, a fim de garantir a uniformidade e alinhamento na prestação.

Trata-se de serviço em que é possível estabelecer preço certo e total, vez que para que haja satisfatório atendimento à demanda desta contratação, faz-se necessário a completa execução do objeto pretendido.



#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de coordenação e infraestrutura de apoio para eventos, compreendendo serviços especializados de transporte, recepção, alimentação, limpeza e demais serviços, incluindo planejamento e desenvolvimento das atividades e fornecimento de materiais e equipamentos, entre outros, destinados à realização do 26º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT 15ª Região, que acontecerá no Expo Dom Pedro, em Campinas, SP, nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026, no horário das 07 às 22 horas, com um público estimado de 1.000 (mil) pessoas.

Caberá à empresa responsável as seguintes obrigações:

- Disponibilizar infraestrutura para atender as atividades, incluindo pessoal e todo material necessário para a prestação dos serviços;
- Acatar todas as instruções da Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal, atendendo prontamente a todos os pedidos de esclarecimentos solicitados;
- Atender, imediatamente, aos chamados da Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal, por meio do fiscal do contrato;
- Reparar, corrigir, remover, reconstituir; sem ônus ao contratante; os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções de execução ou realização;
- Executar os serviços por meio de empregados especializados/qualificados, devidamente credenciados, uniformizados, com identificação e em completa condição de higiene e segurança;
- Planejar, coordenar e desenvolver todas as atividades relacionadas à realização do evento, bem como definir junto à Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal, por meio do fiscal do contrato, a política e logística de execução;
- Adotar medidas de adaptações e correções de acordo com as circunstâncias ou re-direcionamento de ações, conforme solicitação da Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal;
- Verificar as instalações necessárias ao bom funcionamento das atividades;
- Providenciar o transporte, alimentação e a instalação de todo os funcionários, material e equipamentos previstos no local das atividades;
- Providenciar, orientar e supervisionar in loco a instalação das estruturas e desenvolvimento dos serviços;
- Repassar à sua equipe as diretrizes de trabalho durante as atividades, promovendo constante supervisão;
- Arcar com todos os seguros, custo de fretes e de mercadorias, tributos e outros ônus decorrentes do desempenho das atividades;
- Providenciar para que o transporte dos alimentos e os materiais necessários para a prestação dos serviços seja realizado em veículo apropriado;
- Cumprir rigorosamente as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas constantes desta solicitação;
- Responder por quaisquer danos que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos, a terceiros ou à Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal, ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas, desde que fique realmente comprovada a responsabilidade;
- Fornecer todos os recursos humanos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto desta solicitação;
- Designar um representante responsável pelo gerenciamento dos serviços e com poderes para tratar de assuntos junto à Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal;
- Cumprir rigorosamente todas as programações e atividades constantes desta solicitação;
- Prestar esclarecimentos à Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que o envolvam, independentemente de solicitação;
- Responsabilizar-se pela concessão de todas as liberações alvarás, seguros e ARTs necessários à atividade, junto à prefeitura, ao corpo de bombeiros, a defesa civil, ao juizado de menores e outros órgãos que se façam necessários;
- Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente à Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta solicitação sem prévia autorização da Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal;
- Obedecer fielmente todas as orientações operacionais, de segurança e outras, fornecidas pela administração do local de realização do evento;
- Responsabilizar-se pelo correto descarte e destinação dos resíduos utilizados na montagem do evento como: lonas, caixas de papelão, papel, plástico, entre outros;
- Providenciar o cadastramento junto ao local do evento com envio de toda a documentação da empresa e funcionários para verificação de NRs e afins, incluindo emissão de alvarás, ARTs e seguros.



Ficará a cargo da empresa responsável pelo evento os seguintes serviços e suas especificações:

1) Fornecimento de 4 (quatro) ônibus executivos, com capacidade para, no mínimo, 40 (quarenta) passageiros cada.

Prestação de serviços especializados de transporte, com fornecimento de 4 (quatro) ônibus executivos, fabricados a partir de 2020 e em perfeitas condições de uso, com capacidade para, no mínimo, 40 (quarenta) passageiros cada e disponibilização de respectivos motoristas, com habilitação adequada para condução de veículo desse porte, devidamente uniformizados.

Os ônibus farão o traslado dos participantes do evento por ocasião do intervalo do almoço, entre o Expo Dom Pedro e a Entrada das Águas do Shopping Dom Pedro, realizando o roteiro, de forma ininterrupta, nos seguintes períodos:

- 20 de agosto, entre 12 e 15 horas (ininterruptamente).

2) Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza com fornecimento de material e equipamentos de limpeza.

A empresa deverá providenciar equipe especializada para atender a limpeza do local do evento, com aproximadamente 3.000 (três mil) metros quadrados, incluindo 45 (quarenta e cinco) sanitários, auditório com 1.000 (mil) cadeiras e 500 (quinhentas) mesas, 5 (cinco) salas de apoio e 2 (dois) espaços de convivência.

Para tanto, serão solicitados os seguintes serviços:

- a partir das 18 horas do dia 19 de agosto, data da montagem da estrutura do evento, TODAS as instalações do local deverão ser limpas e preparadas para o início do Congresso;
- entre 7 e 21 horas do dia 20 de agosto, primeiro dia de atividades do evento, todos os sanitários do local deverão ser permanentemente limpos e abastecidos, incluindo retirada e reposição de sacos de lixo;
- entre 8 e 9 horas do dia 20 de agosto, com o serviço de coffee break, os espaços de convivência (foyers) do local, deverão ser permanentemente limpos, incluindo retirada e reposição de sacos de lixo, observando sua separação e respectivo destino para reciclagem;
- entre 12 horas e 14 horas do dia 20 de agosto, durante o intervalo do almoço da programação do evento, todos os espaços do local, deverão ser limpos, incluindo retirada e reposição de sacos de lixo, observando sua separação e respectivo destino para reciclagem;
- a partir das 18 horas do dia 20 de agosto, com o encerramento das atividades do primeiro dia do evento, todos os espaços do local deverão ser limpos, incluindo retirada e reposição de sacos de lixo, observando sua separação e respectivo destino para reciclagem;
- entre 18 e 21 horas do dia 20 de agosto, com o serviço de coffee break, todos os espaços de convivência (foyers) do local deverão ser permanentemente limpos, incluindo retirada e reposição de sacos de lixo, observando sua separação e respectivo destino para reciclagem;
- a partir das 21 horas do dia 20 de agosto, com o encerramento do serviço de coffee break, todos os espaços do local deverão ser limpos e preparados para as atividades do dia seguinte, incluindo retirada e reposição de sacos de lixo, observando sua separação e respectivo destino para reciclagem;
- entre 7 e 13 horas do dia 21 de agosto, segundo dia de atividades do evento, todos os sanitários do local deverão ser permanentemente limpos e abastecidos;
- entre 9 e 10 horas do dia 21 de agosto, com o serviço de coffee break, os espaços de convivência (foyers) do local, deverão ser permanentemente limpos, incluindo retirada e reposição de sacos de lixo, observando sua separação e respectivo destino para reciclagem;
- a partir das 10 horas do dia 21 de agosto, com o encerramento do serviço de coffee break, todos os espaços do local deverão ser limpos, incluindo retirada e reposição de sacos de lixo, observando sua separação e respectivo destino para reciclagem;
- a partir das 13 horas do dia 21 de agosto, com o encerramento do evento, todos os espaços do local deverão ser limpos, incluindo retirada e reposição de sacos de lixo, observando sua separação e respectivo destino para reciclagem;
- ALÉM DE TODO O EFETIVO NECESSÁRIO PARA OS SERVIÇOS ACIMA ELENCADOS, manter uma equipe de 6 (seis) funcionários, entre 7 e 20 horas, no dia 20 de agosto e entre 7 e 13 horas no dia 21 de agosto, incluindo todo o material necessário, para eventuais emergências ocorridas no local do evento, sendo que 4 (quatro) funcionários deverão ficar fixados nos banheiros;
- fornecer, nas quantidades necessárias para que não haja a falta de abastecimento, todos os materiais e equipamentos necessários para o serviço pretendido, especialmente sacos de lixo para reposição e devida separação para destino de reciclagem, observando ainda que o piso do local é integralmente coberto com forração de carpete, exigindo equipamento apropriado (aspirador de pó) para sua manutenção;
- fornecer para todos os sanitários, nas quantidades necessárias para que não haja a falta de abastecimento, materiais para serem utilizados nos dispenser de papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido, instalados no local;
- fornecer nos espaços de convivência (foyers), nas quantidades necessárias para que não haja a falta de abastecimento, lixeiras com separação de material reciclável, incluindo lixo orgânico, plástico e papel, com capacidade mínima de 100 (cem) litros cada;
- fornecer para todos os sanitários, incluindo as cabines privativas, nas quantidades necessárias para que não haja a falta de abastecimento, lixeiras com capacidade mínima de 60 (sessenta) litros cada;
- todos os funcionários deverão estar uniformizados, com roupas limpas e portando crachá de identificação;
- caberá à empresa fornecer transporte e alimentação para toda a equipe de funcionários.



Secretaria da Administração  
Coordenadoria de Compras



3) Equipe de pessoal para atender como recepcionista e apoio.

A equipe de pessoal deverá atender atividades diversas conforme a seguinte divisão:

- 19 de agosto, entre 8 e 22 horas, serviço de carga – 16 pessoas;
- 19 de agosto, entre 14 e 20 horas, montagem da secretaria – 12 pessoas;
- 20 de agosto, entre 7 e 18 horas, credenciamento dos participantes – 12 pessoas;
- 20 de agosto, entre 7 e 10 horas, receptivo de autoridades – 4 pessoas;
- 20 de agosto, entre 7 e 10 horas, controle de acesso – 4 pessoas;
- 20 de agosto, entre 12 e 15 horas, embarque e desembarque dos ônibus – 6 pessoas;
- 21 de agosto, entre 7 e 12 horas, credenciamento dos participantes – 6 pessoas;
- 21 de agosto, entre 7 e 10 horas, controle de acesso – 2 pessoas;
- 21 de agosto, entre 12 e 20 horas, serviço de carga – 16 pessoas;
- todos os funcionários deverão estar uniformizados e com roupas limpas;
- caberá à empresa fornecer transporte e alimentação para toda a equipe de funcionários;
- Atenção: com exceção das pessoas que farão o serviço de carga, TODOS os funcionários que prestarão serviço nos dias 20 e 21 de agosto deverão, obrigatoriamente, se apresentar no local do evento no dia 19 de agosto, entre 17 e 18 horas, para treinamento.

4) Bombeiro civil / Brigadista.

Bombeiros civis / brigadistas deverão prestar serviços conforme a seguinte divisão:

- 19 de agosto, entre 8 e 20 horas – 1 bombeiro civil / brigadista;
- 20 de agosto, entre 7 e 21 horas – 5 bombeiros civis / brigadistas;
- 21 de agosto, entre 7 e 13 horas - 5 bombeiros civis / brigadistas.

5) Garçom.

1 (um) garçom deverá prestar serviço conforme a seguinte divisão:

- 20 de agosto, entre 7 e 18 horas;
- 21 de agosto, entre 7 e 13 horas.



Secretaria da Administração  
Coordenadoria de Compras



6) Contratação de empresa de bufê para fornecimento de serviço refeição, coffee break, água mineral e café. **ATENÇÃO, o local conta com fornecedor exclusivo para este item!**

A empresa deverá providenciar os serviços conforme segue:

Almoço staff.

1 (um) serviço para 160 (cento e sessenta) pessoas, com atendimento simultâneo e duração de 120 (cento e vinte) minutos, no dia 20 de agosto, das 12h às 14h, composto de:

-

- 2 tipos de salada;
- 1 massa;
- 1 carne branca;
- 1 carne vermelha;
- 2 acompanhamentos;
- arroz + feijão;
- 3 tipos de sobremesas + frutas da estação;
- Água + refrigerante + suco.

Almoço palestrantes.

1 (um) serviço para 120 (cento e vinte) pessoas, com atendimento simultâneo e duração de 120 (cento e vinte) minutos, no dia 20 de agosto, das 12h às 14h, composto de:

COUVERT

- Mini pães variados, azeite aromatizado, patê de queijo e manteiga;

ENTRADA

- Folhas variadas, manga, picles de cebola roxa, tomate cereja, lasca de parmesão e farofa de crocante;

PRATO QUENTE

- Medalhão de mignon com redução de vinho tinto e tomilho servido com gratin de mandioca;

SOBREMESA

- Pudim de tapioca e coco servido com caramelo salgado;

BEBIDAS

- Água Mineral com e sem gás;
- Refrigerantes;
- Suco de Laranja.

Coffee break 1.

1 (um) serviço para 1.000 (mil) pessoas, com atendimento simultâneo e duração de 60 (sessenta) minutos, no dia 20 de agosto, das 8h às 9h, composto de:

- Café;
- Suco de Laranja;
- Refrigerantes normal e diet;
- Salgado assado: mini bauru e mini quiche tomate seco;
- Pão de queijo;
- Mini sanduíche: peito de peru, queijo, tomate seco e rúcula e salame, tomate e alface;
- Torta de frango;
- Bolo: cenoura e limão;
- Mini doce: mini carolina chocolate e mini sonho creme;
- Salada de frutas.

Happy Hour.

1 (um) serviço para 1.000 (mil) pessoas, com atendimento simultâneo e duração de 120 (cento e vinte) minutos, no dia 20 de agosto, das 18 h 30 min às 20 h 30 min, composto de:

Bebidas.

- Água mineral (com e sem gás);
- Refrigerante (normal e diet);
- Comidinhas - Servidas no Réchaud;
- Croquetes de carne;
- Mini pastéis fritos – carne e queijo;
- Bolinha de queijo;
- Mini quibe recheado com coalhada;
- Calabresa na cachapa;
- Mandioca frita;
- Guacamole com Nachos;
- Mini Hamburquinho;
- Sanduíche de pernil com provolone.

Coffee break 2:

1 (um) serviço para 1.000 (mil) pessoas, com atendimento simultâneo e duração de 60 (sessenta) minutos, no dia 21 de agosto, das 8h às 9h, composto de:

- Café;
- Suco de Laranja;
- Refrigerantes normal e diet;
- Salgado assado: mini empada frango e mini quiche alho poró;
- Pão de queijo;
- Mini sanduíche: peito de peru e queijo branco e salame, tomate e alface;
- Torta de frango;
- Bolo: chocolate e laranja;
- Mini doce: mini enrolado coco e mini sonho doce de leite;
- Salada de frutas.

Água mineral e café:

- Durante todo o período de montagem do evento, dia 19 de agosto, deverá estar disponível e de fácil acesso, para a equipe de 60 (sessenta) pessoas, copos e/ou garrafas de água mineral, gelada e em temperatura ambiente;
- A composição do serviço deverá ter, no mínimo, 300 (trezentos) copos ou garrafas de água mineral industrializada, contendo, no mínimo, 300 ml cada;
- Durante todo o período do evento, dias 20 e 21 de agosto, deverão estar disponíveis e de fácil acesso, para todos os 1.000 (mil) participantes e aos participantes da mesa (palestrantes), copos e/ou garrafas de água mineral (conforme o caso), gelada e em temperatura ambiente, e café em garrafa térmica, incluindo sachê de açúcar e adoçante líquido.

**A cotação inicial para esse serviço foi realizada pelo Tribunal e o valor de referência é o que segue: R\$ 358.730,00. O licitante deve entrar em contato com o local para confirmar os valores através do contato disposto no item 16 destes dos Requisitos Técnicos do Objeto.**



Secretaria da Administração  
Coordenadoria de Compras



A composição dos serviços deverá ter, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Mesa dos palestrantes – no mínimo, 50 (cinquenta) garrafas de água mineral industrializada, contendo, no mínimo, 500 ml cada, servidas geladas, de boa procedência, cujas fontes de referência para o Tribunal são as das marcas Minalba, Prata, São Lourenço, Crystal, BonaFont ou similar;
- b) Mesa dos palestrantes – no mínimo, 50 (cinquenta) taças de vidro para água mineral, com capacidade de, no mínimo, 200 ml cada;
- c) Participantes – no mínimo, 10.000 (dez mil) copos ou garrafas de água mineral industrializada, contendo, no mínimo, 300 ml cada, servidos gelados, de boa procedência, cujas fontes de referência para o Tribunal são as das marcas Minalba, Prata, São Lourenço, Crystal, BonaFont ou similar, parcelados pelos dias do evento, além da previsão contida no coffee break;
- d) Participantes – no mínimo, 400 (quatrocentos) litros de café puro, de boa procedência, cujas fontes de referência para o Tribunal são as das marcas Três Corações, Pilão, Melita ou similar, acondicionado em garrafas térmicas devidamente identificadas, parcelados pelos dias do evento além da previsão contida no coffee break;
- e) utensílios: serviços em xícaras, pires e pratos em louça e talheres em aço inox;
- f) guardanapos de papel branco, medindo, no mínimo, 15 x 15 cm cada, com variação de até 10% nas medidas;
- g) açúcar branco refinado, acondicionado em sachê, cujas marcas referência para o Tribunal são União, Da Barra ou similar;
- h) adoçante líquido industrializado, cujas marcas de referência para o Tribunal são Zero Cal, Finn, Adocyl ou similar.



Secretaria da Administração  
Coordenadoria de Compras



Sala VIP, Sala de Imprensa, Secretaria, Sala dos Agentes, Sala dos Motoristas, Sala de Apoio, Enfermaria e Housemix:

Serviço de alimentação conforme cardápio do coffee break 1, com fornecimento ininterrupto, a ser servido nas áreas mencionadas. O serviço deverá ser servido com a seguinte previsão:

- Sala VIP (Hall Amoreira)
  - 20 de agosto: entre 8 e 12 horas – para 80 (oitenta) pessoas;
  - 20 de agosto: entre 14 e 18 horas – para 60 (sessenta) pessoas;
  - 21 de agosto: entre 9 e 12 horas – para 40 (quarenta) pessoas.
- Sala de Imprensa (Jacarandá)
  - 20 de agosto: entre 8 e 12 horas – para 20 (vinte) pessoas;
  - 20 de agosto: entre 14 e 18 horas – para 20 (vinte) pessoas;
  - 21 de agosto: entre 9 e 12 horas – para 15 (quinze) pessoas.
- Secretaria (Hall de entrada)
  - 20 de agosto: entre 8 e 12 horas – para 6 (seis) pessoas;
  - 20 de agosto: entre 14 e 18 horas – para 6 (seis) pessoas;
  - 21 de agosto: entre 9 e 12 horas – para 6 (seis) pessoas.
- Sala de Agentes (Cerejeira)
  - 20 de agosto: entre 8 e 12 horas – para 20 (vinte) pessoas;
  - 20 de agosto: entre 14 e 18 horas – para 20 (vinte) pessoas;
  - 21 de agosto: entre 9 e 12 horas – para 20 (vinte) pessoas.
- Sala de Motoristas (Araucária)
  - 20 de agosto: entre 8 e 12 horas – para 70 (setenta) pessoas;
  - 20 de agosto: entre 14 e 18 horas – para 70 (setenta) pessoas;
  - 21 de agosto: entre 9 e 12 horas – para 70 (setenta) pessoas.
- Sala de Apoio (Manacá)
  - 20 de agosto: entre 8 e 12 horas – para 10 (dez) pessoas;
  - 20 de agosto: entre 14 e 18 horas – para 10 (dez) pessoas;
  - 21 de agosto: entre 9 e 12 horas – para 10 (dez) pessoas.
- Enfermaria (Ipê)
  - 20 de agosto: entre 8 e 12 horas – para 8 (oito) pessoas;
  - 20 de agosto: entre 14 e 18 horas – para 8 (oito) pessoas;
  - 21 de agosto: entre 9 e 12 horas – para 8 (oito) pessoas.
- Housemix
  - 20 de agosto: entre 8 e 12 horas – para 20 (vinte) pessoas;
  - 20 de agosto: entre 14 e 18 horas – para 20 (vinte) pessoas;
  - 21 de agosto: entre 9 e 12 horas – para 20 (vinte) pessoas.

Os produtos utilizados deverão estar de acordo com as normas de vigilância sanitária e estarem rigorosamente dentro do prazo de validade, a fim de assegurar a entrega de alimentos e bebidas de boa qualidade e evitar o consumo de produtos endurecidos, estragados ou azedos, ressecados ou com textura, crocância e densidade que não atendam o padrão de qualidade exigido pelo Tribunal.

É facultado às empresas interessadas a visitação do local do evento, devendo, para tanto, ser acompanhado por um servidor da Coordenadoria de Comunicação Social para detalhamento do serviço pretendido.

É de responsabilidade da empresa contratada o transporte, montagem e desmontagem de toda a estrutura necessária para a execução dos serviços.

Compete à empresa responsável o fornecimento de toda equipe de apoio como garçons, copeiras, cozinheiras, devidamente uniformizados, incluindo o transporte e refeição da equipe.

Para água mineral, devem-se observar às características e procedimentos regulamentados nas resoluções Anvisa nº 274/2005 e nº 275/2005.

O açúcar e o adoçante devem obedecer o estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005.

O café deve estar em conformidade com o padrão estabelecido na Resolução RDC/Anvisa nº 277/2005. Os alimentos em geral, sempre que houver disponibilidade no mercado, convém que sejam orgânicos (produzidos sem o uso de adubos químicos, defensivos ou agrotóxicos).

#### 7) Gerador

A empresa deverá providenciar um gerador com capacidade de 380 (trezentos e oitenta) KVA, incluindo chave reversora, para uso durante todo o evento, incluindo sua operação na montagem, que deverá estar à disposição do evento nos seguintes horários:

- 19 de agosto, entre 7 e 22 horas;
- 20 de agosto, entre 7 e 21 horas;
- 21 de agosto, entre 8 e 13 horas.

#### 8) Fornecer 10 (dez) totens para carga de telefone celular, onde cada unidade deverá ter as seguintes características:

- tela de LCD touch screen de 19 polegadas, com variação de até 10% da medida;
- 6 (seis) compartimentos para carga com travamento mediante senha escolhida pelo usuário;
- indicador de uso de cada compartimento;
- altura: entre 1,70 e 1,90 metros, com variação de até 10% da medida;
- largura: entre 45 e 60 centímetros, com variação de até 10% da medida;
- alimentação: bivolt;
- cada compartimento deve conter cabo para carga compatível com até 90% dos aparelhos disponíveis no mercado;
- instalação independente de outro totem.

#### 9) Fornecer 50 (cinquenta) separadores/organizadores de fila com as seguintes características:

- Altura: 90 cm;
  - Diâmetro da base: 30cm;
  - Fita: retrátil de 2 m de comprimento e 5 cm de largura;
  - Cor da fita: preta.
- Será permitido variação de até 10% nas medidas acima.



Secretaria da Administração  
Coordenadoria de Compras



10) Acesso para internet a cabo e wi-fi. **ATENÇÃO, o local conta com fornecedor exclusivo para este item!**

A empresa deverá providenciar a instalação e prestação de serviço de internet com as seguintes características:

- Link dedicado de 300 Mbps para download e upload, com variação de até 10%;
- Gerenciamento e controle de banda;
- Sistema wi-fi;
- Funcionamento 24 horas;
- Técnico durante todo o período do evento para eventuais ocorrências.

O sistema wi-fi deverá ser acessível nos espaços de convivência do local, com a aplicação de senha.

Será necessário o acesso por meio de cabo para:

- a) "Sala de Imprensa" (Jacarandá) – com acesso permitido em até 10 usuários;
- b) "Credenciamento" (hall de entrada) – com acesso permitido em até 8 usuários;
- c) "Secretaria" (hall de entrada) – com acesso permitido em até 2 usuários;
- d) "Housemix" – com acesso permitido em até 8 usuários.

Será necessário o acesso por meio de wi-fi para:

- a) "Enfermaria" (Ipê) – com acesso permitido em até 2 usuários;
- b) "Hall Carvalho" – com acesso permitido em até 8 usuários;

Salientamos que o serviço deverá estar prontamente instalado e em operação a partir das 10 horas do dia 19 de agosto.

**A cotação inicial para esse serviço foi realizada pelo Tribunal e o valor de referência é o que segue: R\$ 41.220,90. O licitante deve entrar em contato com o local para confirmar os valores através do contato disposto no item 16 destes dos Requisitos Técnicos do Objeto.**

11) Fornecimento e montagem de mesas e pranchões.

a) A empresa deverá fornecer e proceder a montagem de 500 (quinhentas) mesas de apoio, com as seguintes características:

- Tampo na cor branca/gelo em perfeitas condições, sem marcas, manchas ou defeitos, com bordas em perfil PVC ou de outro acabamento, incluindo o fornecimento de 500 (quinhentas) toalhas pretas com elástico do respectivo tamanho das mesas;
- Largura: 150 cm;
- Profundidade: 30 cm;
- Altura: 75 cm;
- Será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

b) A empresa deverá fornecer e proceder a montagem de 40 (quarenta) pranchões de apoio, com as seguintes características:

- Tampo de madeira em perfeitas condições, sem rachadura ou buracos;
- Toalhas pretas sem mancha, sem rasgo, sem defeitos, do respectivo tamanho das mesas que permita cobrir, inclusive, os pés;
- Largura: 220 cm;
- Profundidade: 80 cm;
- Altura: 75 cm;
- Será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

12) Fornecimento de stand

A empresa deverá fornecer e montar 2 (duas) estruturas de stands em octanorm com montagem separadas, com as seguintes características cada:

Stand 1

- Largura: 900 cm;
- Profundidade: 300 cm;
- Altura: 250 cm;
- Altura testeira: 100 cm;
- Largura testeira: 900 cm;
- Largura balcão: 900 cm;
- 3 (três) níveis de prateleiras de fundo com 900 cm de largura cada;
- 2 (dois) níveis de prateleiras de frente, sob o balcão, com 900 cm de largura cada;
- Fechamento com placas nas laterais e fundo e porta de acesso;
- Placas em cor branca/gelo em perfeitas condições;
- A testeira deverá ser personalizada, com aplicação de adesivo com impressão de alta definição em 4 cores;
- Será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

Stand 2

- Largura: 600 cm;
- Profundidade: 300 cm;
- Altura: 250 cm;
- Altura testeira: 100 cm;
- Largura testeira: 600 cm;
- Largura balcão: 600 cm;
- 3 (três) níveis de prateleiras de fundo com 600 cm de largura cada;
- 2 (dois) níveis de prateleiras de frente, sob o balcão, com 600 cm de largura cada;
- Fechamento com placas nas laterais e fundo e porta de acesso;
- Placas em cor branca/gelo em perfeitas condições;
- A testeira deverá ser personalizada, com aplicação de adesivo com impressão de alta definição em 4 cores;
- Será permitido variação de até 10% nas medidas acima.





Secretaria da Administração  
Coordenadoria de Compras

**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas)



13) Painéis de box truss + lona fosca.

a) A empresa deverá fornecer e montar estruturas de box truss Q 15 com respectiva lona fosca estendida com montagem separada, com as seguintes características cada:

ENTRADA (Marquise) – 2 unidades, com as seguintes especificações:

box truss: 4,5 m de largura X 4,0 m de altura;  
lona: 5,1 m de largura X 4,6 m de altura;  
lona fosca com impressão colorida 4 X 0, com revestimento do box truss;  
instalação: solo;  
será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

FOTO (Hall de entrada) – 1 unidade, com as seguintes especificações:

box truss: 4,5 m de largura X 4,0 m de altura;  
lona: 5,1 m de largura X 4,6 m de altura;  
lona fosca com impressão colorida 4 X 0, com revestimento do box truss;  
instalação: solo;  
será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

STANDS (Hall Carvalho) – 8 unidades, com as seguintes especificações:

box truss: 4,5 m de largura X 4,0 m de altura  
lona: 5,1 m de largura X 4,6 m de altura  
lona fosca com impressão colorida 4 X 0, com revestimento do box truss;  
instalação: solo;  
será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

ENTREVISTA (Hall Amoreiras) – 1 unidade, com as seguintes especificações:

box truss: 4,0 m de largura X 3,0 de altura;  
lona: 4,6 m de largura X 3,6 m de altura;  
lona fosca com impressão colorida 4 X 0, com revestimento do box truss;  
instalação: solo;  
será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

ÁREA VIP 1 (Hall Amoreiras) – 1 unidade, com as seguintes especificações:

box truss: 8,0 de largura X 2,5 m de altura;  
2 lonas: 8,6 m de largura X 3,1 m de altura cada, instaladas em frente e verso;  
2 lonas foscas com impressão colorida 4 X 0, com revestimento do box truss;  
instalação: solo;  
será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

ÁREA VIP 2 (Hall Amoreiras) – 1 unidade, com as seguintes especificações:

box truss: 5,0 de largura X 2,5 m de altura  
2 lonas: 5,6 m de largura X 3,1 m de altura cada, instaladas em frente e verso  
2 lonas foscas com impressão colorida 4 X 0, com revestimento do box truss;  
instalação: solo;  
será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

14) Banner em lona fosca.

a) A empresa deverá fornecer 8 (oito) banners com lona fosca com as seguintes características cada:

- Altura: 1,80 metros;
- Largura: 1,20 metros;
- Lona: lona fosca com impressão colorida de alta resolução;
- Impressão : 4 X 0;
- Complemento: incluindo cordinha para fixação;
- Será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

b) A empresa deverá fornecer 8 (oito) flâmulas com lona fosca com as seguintes características cada:

- Altura: 3,00 metros;
- Largura: 1,50 metros;
- Lona: lona fosca com impressão colorida de alta resolução;
- Impressão : 4 X 4;
- Complemento: incluindo cordinha para fixação;
- Será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

15) Suporte para banner.

A empresa deverá fornecer 20 (vinte) suportes para banners em metal na cor preta com as seguintes características cada:

- Altura da haste: 1,80 metros;
- Será permitido variação de até 10% nas medidas acima.

Todo o material ou serviço personalizado receberá as respectivas artes confeccionadas pela Coordenadoria de Comunicação Social por meio eletrônico, em até 10 dias após emissão da Nota de Empenho.



Secretaria da Administração  
Coordenadoria de Compras



16) Contato para detalhamento dos valores relacionados ao Bufê e Internet:

Item 1.6 - Bufê:

Vitória Hotéis Ltda

Telefone: (19) 99907-4227

E-mail: aeb.campinas@vitoriahoteis.com.br

Item 1.10 - Internet:

Centro de Convenções e Eventos Santa Genebra Ltda

Telefone: (19) 3112-4700

E-mail: administrativo1@expodpedro.com.br

#### 4.1. Sustentabilidade

##### 4.1.1. Critérios exigíveis a todas as contratações que incluem prestação de serviço:

Deverá ser observado, do Guia de Contratações Sustentáveis - 4ª edição, os seus itens 14 (Contratações de Serviços) e 17 (Inclusão e Igualdade Social):

a) Inclusão social

a.1) Deve-se exigir das empresas contratadas para a prestação de serviços que empreguem um número de jovens aprendizes equivalente a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

a.1.1) Ficam dispensadas da obrigação acima as microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância ao art. 56, I do Decreto nº 9579/2018, bem como do art. 51, III da LC nº 123/2006.

a.2) Caso a presente contratação de serviços tenha valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) e refira-se à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme estabelece o Decreto nº 9.450/2018, deve-se exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, nos termos dispostos na Lei nº 14.133/2021

A empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções:

- 3% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;
- 4% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos e um a quinhentos funcionários;
- 5% das vagas, quando a execução do contrato demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou
- 6% das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de mil empregados.

a.3) A contratada deverá cumprir as seguintes cotas:

- de gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino, caso a contratação refira-se à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra;
- de inclusão de pessoas negras: manter um percentual mínimo de pessoas negras, visando atender ao disposto nos arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); caso a contratação refira-se à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra; e
- de pessoas com deficiência: cumprimento ao quantitativo mínimo previsto, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

Deve-se observar a reserva de, no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do disposto no inciso XVI do caput do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, para as mulheres incluídas em uma das seguintes situações previstas:

- I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;
- II – mulheres trans e travestis;
- III – mulheres migrantes e refugiadas;
- IV – mulheres em situação de rua;
- V – mulheres egressas do sistema prisional; e
- VI – mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

b) combate ao Trabalho Infantil e ao Trabalho forçado

b.1) A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

b.1.1) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b.1.2) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

c) Saúde e Segurança do Trabalho

c.1) Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.

##### 4.1.2. Logística reversa

Caso se aplique, é de responsabilidade da contratada a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos, após o uso, em observância ao disposto no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, obedecendo ao disposto na ABNT 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, termo de compromisso ou Decreto nº 9.177/2017, devendo, para tanto, informar em sua proposta a forma de implantação da logística reversa, com indicação de um responsável e seu contato (nome, telefone e e-mail), a quantidade mínima para solicitação da coleta e a forma de destinação ambientalmente adequada que se dará aos resíduos oriundos da contratação.

• São considerados apropriados os seguintes procedimentos de destinação ambientalmente adequada:

a) A devolução ao fabricante/importador que possua sistema de logística reversa;

b) O encaminhamento para empresas recicladoras, responsáveis pela desmontagem, descaracterização, reaproveitamento, reciclagem dos produtos e tratamento final dos rejeitos, desde que licenciadas pelo órgão ambiental competente.

• No decorrer do contrato, poderá ser exigido do fornecedor apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos adotados para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, nos termos da legislação vigente e da proposta apresentada pelo fornecedor, dentro das prerrogativas e competências da fiscalização do contrato.

• A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade do fornecedor, por elas respondendo civil, criminal e contratualmente, conforme legislação vigente.

• Todo custo referente à realização da logística reversa correrá por conta da contratada, não havendo ônus para o contratante.

• A contratada é responsável pela logística reversa somente das quantidades efetivamente fornecidas.

• O não cumprimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a contratada às penalidades previstas no caso de inexecução do objeto.



Ainda conforme a Lei nº 12.305/2010, todos os produtos que possuem sistemas de logística reversa implantados como, por exemplo, os abaixo listados, deverão ter seus destinos de acordo com regramento previsto no site: <https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/> :

- agrotóxicos e seus resíduos e embalagens;
- baterias de chumbo ácido;
- eletroeletrônicos e seus componentes;
- embalagens de Aço, embalagens plásticas de óleos lubrificantes, e embalagens em geral;
- lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- medicamentos e seus resíduos e embalagens;
- óleos lubrificantes usados ou contaminados; e
- pilhas e baterias, dentre outros.

#### 4.1.3. Resíduos decorrentes da contratação

A contratada será responsável pela destinação ambientalmente adequada de todos resíduos decorrentes da contratação.

#### 4.1.4. Além daqueles eventualmente presentes na descrição do objeto, há critério(s) estabelecido(s) no "Guia de Contratações Sustentáveis - 4ª Edição" instituído pelo CSJT que deverá(ão) ser observado(s) na presente contratação, conforme discriminado a seguir:

Item(ns) ou parcela(s) do objeto a que se aplica	Requisito e/ou Exigência do Guia de Contratações Sustentáveis CSJT - 4ª edição
2	<p>Deve-se optar por produtos biodegradáveis, priorizando aqueles menos agressivos ao meio ambiente e, preferencialmente, concentrados e/ou fornecidos em refil.</p> <p>Os produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões em barra e em pó, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, para que sejam aceitos, por ocasião das análises das propostas, deverão vir acompanhados dos seguintes documentos:</p> <p>a) Registro ou Isenção de Registro ou Notificação dos Medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/Ministério da Saúde.</p> <p>b) Publicados no Diário Oficial da União ou obtidos pelo endereço eletrônico da Anvisa (<a href="http://www.anvisa.gov.br">www.anvisa.gov.br</a>), dentro do prazo de validade. Os produtos saneantes deverão ter as seguintes informações no rótulo: nome do fabricante, CNPJ, nome e CRQ do químico responsável, número do registro na Anvisa, número do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e país de origem da indústria. Poderá ser exigida, pelo contratante, a qualquer momento da contratação, a Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), de acordo com a NBR 14725-4/2012.</p> <p>Os rótulos dos produtos saneantes, em especial daqueles classificados como perigosos, devem estar em conformidade com a referida norma.</p> <p>O Decreto nº 8.077/2013 estabelece que os produtos de que trata a Lei nº 6.360/1976, dentre os quais se encontram os produtos saneantes, deverão ser registrados junto à Anvisa, observados seus regulamentos específicos.</p> <p>Produtos utilizados sob a forma aerossol, solventes e esterilizantes: não devem conter substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera;</p> <p>Espônjas: dar preferência àquelas fabricadas com solvente à base d'água;</p> <p>Sabão em barra e detergentes em pó: priorizar a aquisição de produtos à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, deve-se exigir comprovação de que o teor respeita os limites máximos de concentração: Limite máximo de P2O5 por formulação (%) - 10,99. Limite máximo de P por formulação (%) - 4,80. Média ponderada máxima de P por GFI (%) - 3,16. Média ponderada máxima de STPP por GFI (%) - 12,5.</p> <p>Adquirir, preferencialmente, sacos de lixo fabricados a partir de plástico biodegradável ou de fontes renováveis. Na impossibilidade de adquirir produtos fabricados com plástico biodegradável ou de fontes renováveis, deve-se optar pela aquisição de sacos de lixo feitos com resina termoplástica reciclada, em conformidade com a norma ABNT NBR 9191:200852.</p> <p>A norma estabelece a classificação para comercialização dos sacos classe I (resíduos domiciliares) e classe II (resíduos infectantes), baseada na capacidade nominal e dimensões planas dos sacos.</p> <p>Recomenda-se exigir a comprovação do atendimento à norma ABNT NBR 9191:2008, por meio de laudo emitido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Em situações nas quais o órgão opte pela exigência de amostra, devem ser seguidas as orientações de amostragem e métodos de ensaio estabelecidos pela referida norma. Os sacos de lixo deverão possuir as seguintes características:</p> <p>a) As dimensões devem estar em conformidade com o estabelecido na ABNT NBR 9191:2008, sendo que as medidas de largura podem variar em +/- 1 cm;</p> <p>b) Devem apresentar solda contínua, homogênea, uniforme e resistentes à perfuração;</p> <p>c) Devem apresentar características tais que possibilitem fácil separação e abertura das unidades sem provocar danos ao produto;</p> <p>d) Os sacos Classe I (resíduos domiciliares) podem apresentar qualquer cor, exceto branca. Recomenda-se, no entanto, adquirir uma cor para resíduos úmidos/não recicláveis e outra cor para resíduos secos/recicláveis, a fim de identificar a separação dos resíduos na fonte geradora. Exemplo: sacos pretos para resíduos úmidos/ não recicláveis e sacos azuis para resíduos secos/recicláveis;</p> <p>e) Para acondicionamento de resíduos infectantes (Classe II), adquirir obrigatoriamente sacos na cor branca;</p> <p>f) Devem constar nas embalagens as seguintes advertências: f.1) Manter fora do alcance de crianças; f.2) Uso exclusivo para lixo; f.3) Saco não adequado a conteúdos perfurantes.</p> <p>g) A marcação das características dos sacos na embalagem destes deve atender à seguinte orientação, para os quatro campos: CONTÉM 50 sacos; DIMENSÕES 39 cm X 58 cm; CAPACIDADE NOMINAL 15 L / 3,0 Kg; RESÍDUO NORMAL.</p> <p>h) No caso de sacos classe II (resíduos infectantes), devem constar em cada saco, individualmente, a identificação do fabricante, o CNPJ do fabricante, a capacidade nominal em litros e quilogramas, e o símbolo de substância infectante conforme ABNT NBR 7500:2022, com a inscrição: RESÍDUO INFECTANTE. O símbolo deve ser centralizado a 1/3 da altura, de baixo para cima, ocupando uma área mínima equivalente a 5% daquela face do saco.</p>



6	<p>Para água mineral: devem atender às características e procedimentos regulamentados nas resoluções Anvisa nº 274/2005 e nº 275/2005; Para o café, poderão ser exigidos laudos da qualidade dos produtos, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 277/2005; Açúcar e adoçante devem obedecer o estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005;</p> <p>Recomenda-se exigir laudos da qualidade dos produtos, em conformidade com o padrão estipulado na Resolução RDC/Anvisa nº 271/2005 para açúcar e adoçante e na Resolução RDC/Anvisa nº 277/2005 para café, emitidos por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de laboratórios Analíticos de Saúde (Reblas/Anvisa).</p>
6	<p>Recomenda-se da contratada a não utilização de materiais descartáveis, preferindo a utilização de copos, pratos, baixelas e itens similares de vidro ou porcelana, talheres fabricados preferencialmente em metal e os guardanapos e os conjuntos de mesas, em tecido. Separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora: a contratada deve proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 10.936/2022. Recomenda-se que a contratada proceda ao recolhimento do óleo e sua destinação para reciclagem, com total proibição de que seja despejado na rede de esgoto.</p>

#### 4.2. Legislação e demais regulamentações específicas aplicáveis

Não há legislação ou outros dispositivos específicos aplicáveis.

#### 4.3. Arquivos Auxiliares

##### 4.3.1. Arquivos auxiliares disponibilizados aos licitantes

Não.

#### 4.4. Garantia da Execução

A contratação conta com garantia para a execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

I- Em se tratando da modalidade prevista no inciso "II" do parágrafo 1º do art. 96 da Lei 14.133, de 2021, no prazo máximo de 1 (um) mês da data de notificação para a assinatura contratual, nos termos da forma de comunicação estabelecida nesta contratação;

II- Em se tratando das demais modalidades previstas no parágrafo primeiro do art. 96 da Lei 14.133, de 2021, no prazo máximo de 20 (vinte) dias da data de assinatura do contrato.

fica disposto, ainda, que:

I- A notificação para definição e apresentação da referida garantia, de que trata o inciso "I", dar-se-á a partir do primeiro dia útil após a homologação do certame licitatório que deu origem a esta contratação;

II- A não manifestação de escolha sobre a modalidade da garantia a ser apresentada ou a não apresentação da garantia no prazo disposto no inciso "I" do parágrafo primeiro desta cláusula configura opção de escolha da CONTRATADA pelas demais modalidades de garantia descritas nos incisos I, III e IV do art. 96 da Lei 14.133, de 2021, sendo, então providenciada a assinatura do contrato. Vencido o prazo estabelecido no inciso "II" do parágrafo primeiro desta cláusula ou sendo apresentada a garantia na modalidade "seguro -garantia, conforme inciso "I" do art. 96 da Lei 14.133, de 2021, poderá o TRT, a seu exclusivo critério, a aplicar a medida estabelecida no parágrafo vinte e dois desta cláusula e/ou a instruir o respectivo processo de sanção, conforme o caso.

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do Contrato e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convenionadas.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as eventuais modificações referente à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se possuir o respectivo registro na Superintendência de Seguros Privados.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de eventual renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do TRT.

Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do TRT e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do TRT, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo TRT.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 1- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 2- multas moratórias e punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
- 3- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do TRT, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil (BCB), e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O TRT executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto do Contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e, ainda, da verificação da inexistência dos prejuízos assegurados pela garantia.

A extinção tratada no item anterior dependerá de declaração do TRT, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo TRT quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, de acordo com o art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRT com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

A CONTRATADA autoriza o TRT a reter dos pagamentos, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista na documentação da contratação e neste documento.

O bloqueio efetuado com base no item anterior não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado a título de garantia por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste Contrato.

A garantia contratual de execução é independente de:

- 1 - Eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência;
- 2 - Eventual garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 como condição para a antecipação de pagamento.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRT com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

A CONTRATADA autoriza o TRT a reter dos pagamentos, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste documento.

O bloqueio efetuado com base no item anterior não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado a título de garantia por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato.  
A garantia contratual de execução é independente de:

- 1- Eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência;
- 2- Eventual garantia de proposta como requisito de pré-habilitação prevista especificamente no Termo de Referência;
- 3- Eventual garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 como condição para a antecipação de pagamento.

#### **4.5. Necessidade de conhecimento do local de entrega/execução**

É necessário que o licitante ateste que conhece as condições do local, que poderá ser comprovado por realização de vistoria prévia, ou declaração formal assinada pelo responsável técnico, informando do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme justificativa a seguir: determinar que as soluções aplicadas para a prestação dos serviços contratados estão de acordo com as condições físicas das dependências do local do evento, certificando-se de que atenderá às finalidades para as quais foram estipuladas. Caso o licitante opte pela não execução da vistoria e sim pela declaração, o mesmo não poderá alegar desconhecimento de peculiaridades eventualmente existentes pela não realização da vistoria ou por omissões no momento da sua realização, não podendo alterar o valor da sua proposta por qualquer motivo que a falta da vistoria possa ter proporcionado.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso opte por não realizar vistoria, o licitante poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo disponibilizado em documento anexo ao edital.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **4.5.1. Dados para agendamento de vistoria/visita técnica:**

Roberto Torres Babini  
(19) 3232-2568  
de segunda a sexta, das 12 às 18 horas

#### **4.6. Subcontratação**

É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

**I- É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:**

Coordenação de todos os serviços e materiais a serem empregados no evento

**II- Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas/etapas acessórias do objeto ou os seguintes serviços especializados:**

Por se tratar de fornecimento exclusivo pelo próprio espaço onde ocorrerá o evento, conforme detalhado na pesquisa de preços e pelo histórico do evento. Os serviços de Internet e Buffê podem ser subcontratados.



A CONTRATADA, quando do início da contratação e sempre que exigido, em conjunto com o subcontratado ou isoladamente, será responsável por apresentar ao TRT a documentação relativa ao subcontratado que comprove:

a) a manutenção da capacidade técnica exigida em edital;

b) a manutenção das demais condições de habilitação e qualificação em conformidade com o inciso XVI do art. 92 da Lei 14.133/2021, entre elas a regularidade Fiscal e Trabalhista do subcontratado, bem como a certificação de que o subcontratado não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor e, inclusive, a regularidade junto ao Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público).

Para os efeitos da verificação da regularidade Fiscal e Trabalhista do subcontratado, devem ser mantidas durante a vigência do contrato e enquanto persistirem os pagamentos, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:

I- expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;  
II- expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);  
III- expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Para os efeitos da verificação da suspensão e do impedimento do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública por parte do subcontratado, a comprovação dar-se-á, conforme o caso, por:

I- consulta ao sítio do Tribunal de Contas da União, de acordo com a certidão consolidada de pessoa jurídica, que compreende a verificação da Certidão Negativa de Licitantes Inidôneas do próprio TCU, bem como do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça, e, ainda, das verificações do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambos do Portal Transparência, e/ou

II- por consulta ao Portal Nacional de Compras Públicas que deverá, dentre outras funcionalidades, oferecer acesso ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

No caso de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), deverão ser observadas, ainda, as seguintes disposições específicas:

I - A CONTRATADA deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

II - A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o TRT, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

III - A CONTRATADA será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

IV - Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o TRT pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia do TRT, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

A CONTRATADA apresentará ao TRT documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Fica vedado à qualquer subcontratado, pessoa física ou jurídica nas pessoas de seus dirigentes:

a) possuir vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com ocupante de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT ou com agente público nomeado pelo TRT que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente, nos termos do que dispõe o parágrafo 3º do art. 122 da Lei 14.133/2021 c/c o art. 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;

b) caucionar ou utilizar o contrato firmado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

A vedação a que se refere a alínea "a" do item acima alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

O descumprimento de quaisquer das obrigações definidas em edital e/ou no termo de Contrato por parte do subcontratado, poderá, a critério do TRT, ensejar a rescisão do contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA.

#### 4.7. Amostra

Não será exigida amostra

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Condições de execução

#### 5.1.1. Prazo de de execução dos serviços:

Os serviços serão prestados nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026

5.1.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, de antecedência do término do prazo inicialmente previsto para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

#### 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Todos os serviços e materiais deverão ser prestados e/ou fornecidos durante os dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026, constando a descrição detalhada dos serviços no campo REQUISITOS.





### 5.1.3. Materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas respectivas quantidades estimadas e qualidades:

Conforme Requisitos do Objeto.

### 5.1.4. As Demandas do TRT para esta contratação tem como base as seguintes características:

Não se aplica

### 5.2. Local e horário da execução dos serviços

**Endereço:** Expo Dom Pedro, localizado na Av. Guilherme Campos, 500, bloco II, Jardim Santa Genebra, Campinas, SP

**Dias da semana:** dias 19, 20 e 21 de agosto de 2026

**Horário:** das 7 às 22 horas

**Sobre trabalho noturno ou de fim de semana** Não há essa possibilidade/Não se aplica.

**Agendamento pelos** Email(s): [cerimonial@trt15.jus.br](mailto:cerimonial@trt15.jus.br)

**seguintes contatos:** Telefone(s): (19) 3232-2568

### 5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Não haverá exigência de garantia contratual além da legal para a presente contratação.

A garantia será prestada com vistas a manter o objeto fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o TRT.

A garantia abrange, quando pertinente, a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

Quando o caso, as peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

A CONTRATADA, quando aplicável e pertinente ao Tribunal, deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo TRT, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do TRT ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o TRT autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

A garantia legal ou complementar do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### 5.4. Obrigações da Contratante e da Contratada

#### 5.4.1. Obrigações da Contratante (TRT)

1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à execução deste contrato, mantendo o acesso às dependências correlatas livre e desimpedido, assegurando, ainda, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
2. Indicar local apropriado para execução ou entrega do objeto;
3. Designar e nomear a equipe de gestão e fiscalização da contratação;
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na prestação do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
7. Comunicar a empresa CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e/ou no Edital e seus anexos;
11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
13. O TRT terá o prazo de 60 (sessenta dias), a contar da data do protocolo válido do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
14. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta dias);
15. Se o caso, notificar os emittentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de regras contratuais;
16. O TRT não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução desta contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 5.4.2. Obrigações da Contratada

A CONTRATADA se compromete a dar plena e fiel execução à presente contratação, respeitando todas as condições nele estabelecidas, incluindo aquelas constantes deste termo de referência, além das previstas na minuta contratual, conforme o caso, obrigando-se ainda a:



1. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes, com zelo e diligência, mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, e fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos, sempre observado os prazos estabelecidos neste instrumento;
2. Providenciar todas as licenças, autorizações, permissões ou demais diligências eventualmente necessárias junto aos órgãos competentes para a plena execução do objeto.
3. Instruir seus empregados a circularem somente em áreas a eles autorizadas e a acatar as Normas Internas do TRT;
4. Observar as recomendações constantes do "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Ato nº 71/CSJT.GP.SG.SEGGEST, de 10 de setembro de 2025), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial as discriminadas no tópico referente a Sustentabilidade deste Termo de Referência, constituindo obrigação da contratada manter as condições ali exigidas, e que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual;
5. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato
6. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
7. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), e nos termos do item "RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA" deste documento, responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, durante a execução, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo TRT, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização da contratação, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial possíveis de acordo com a Lei e com o Edital, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;
10. Garantir ao TRT o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto e/ou paralisar, por determinação do TRT, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
11. Se o caso, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da contratação;
12. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo TRT ou quando achar conveniente, ocorrências relativas a pessoal, material retirado, adquirido ou andamento da execução do objeto;
13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
14. Submeter previamente, por escrito, ao TRT, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres, bem como comunicar à fiscalização da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratado;
15. Comunicar ao TRT, no prazo máximo previsto no Termo de Referência, que antecede a data da entrega e/ou da instalação/prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, bem como comunicar à fiscalização da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratado;
16. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo TRT ou quando achar conveniente, ocorrências relativas a pessoal, material retirado, adquirido ou sobre o andamento dos fornecimentos ou dos serviços;
17. Além do quanto disposto no item anterior, comunicar ao TRT, por escrito, qualquer anormalidade ou situação de caráter urgente que seja verificada durante a execução desta contratação, além de prestar esclarecimentos que forem solicitados ou que julgar necessários;
18. Comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da CONTRATADA durante a vigência desta contratação e, igualmente, durante a vigência da garantia dos equipamentos, juntando à comunicação cópia do documento de formalização da respectiva alteração;





19. Cumprir, durante todo o período de execução do objeto, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme art. 116 da lei 14.133, de 2021;
20. Cumprir, também, no caso da contratada não ser enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2026, a reserva de cargos para aprendiz;
21. Comprovar as reservas de cargos a que se refere ao subitem acima, no prazo fixado pela fiscalização da contratação, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, de acordo com o parágrafo único do art. 116 da lei 14.133, de 2021;
22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
23. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do TRT ou do fiscal ou gestor da contratação, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como observar as disposições pertinentes à matéria, constantes da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça, ou de qualquer outro normativo que venha substituí-la;
24. Manter, durante a vigência desta contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, em especial, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:
- a) Expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF); e
- c) Expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
25. Nos termos do artigo 6º-A da Lei 10.522/2002, a existência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) constitui fator impeditivo para a celebração de contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos. Assim, no caso de existência de registro, a empresa terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis, a critério da Administração, para regularização.
26. Realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se as regras de faturamento e de entrega e recebimento do objeto. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>;
27. Fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao acesso da CONTRATADA e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD);
28. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento desta contratação;
30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
31. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do TRT;
32. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais, municipais ou distritais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o objeto contratado.
33. A contratada deverá indicar e manter no local do serviço um preposto para a contratação, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao TRT para os assuntos relativos ao cumprimento das obrigações contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este TRT, preenchendo, ainda, as seguintes regras:
- a) A indicação do preposto da CONTRATADA deverá ser feita por documento escrito, antes do início da execução do objeto ou previamente nos casos em que a CONTRATADA desejar substituí-lo, apontando expressamente os poderes e deveres do preposto em relação à execução do objeto.
- b) A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo TRT, desde que a recusa seja devidamente justificada, podendo a CONTRATADA, a seu exclusivo critério, designar outro para o exercício da atividade;
- c) Deverá ser fornecido ao TRT número de telefone e endereço de e-mail para rápido e fácil contato do preposto nomeado pela empresa, e este deverá manter permanente contato com o gestor da contratação, adotando as providências requeridas relativas à execução do objeto contratado.
34. Será permitida a subcontratação, nos termos do art. 122 da lei 14.133/2021, respeitando o disposto no tópico específico a este tema no Termo de Referência.

#### 5.4.2.1. Da apresentação de protótipo

Não se aplica

#### 5.4.3. Responsabilidades da Contratada

A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do objeto ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento do objeto contratado.

Responderá também, administrativamente, a CONTRATADA, por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do objeto.

A inadimplência da CONTRATADA pelo não cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, não transfere a sua responsabilidade ao TRT e não pode onerar o objeto contratado.

#### 5.5. Sanções e Rescisão



A CONTRATADA comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, se:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao TRT ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Se a CONTRATADA incorrer nas infrações acima descritas, o TRT aplicará as seguintes sanções:

I. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste documento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste documento, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (zero vírgulo cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, inclusive quanto à prestação de garantia do objeto, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.1. Moratória de 0,5% (zero vírgulo cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

4. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de a CONTRATADA comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa ou, ainda, praticar ato fraudulento durante a execução do contrato e nos casos de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

5. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de a CONTRATADA dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao TRT ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

6. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

7. compensatória, se o caso, de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, vigente no mês da ocorrência do inadimplemento, no caso da superação dos limites máximos das faixas de ajustes dos Índices de Medições de Resultados estabelecidos.

8. Nos demais casos de inexecução contratual, ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa, por evento, de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação vigente no momento da ocorrência do inadimplemento.

A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao TRT (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o TRT;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O TRT deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### 5.5.1. Recolhimento de multas e indenizações



Os débitos da CONTRATADA para com o TRT, resultantes de multas administrativas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por extinção contratual por culpa da CONTRATADA, e/ou as indenizações cabíveis, serão pagas por meio de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento-AR".

Na ausência do pagamento das importâncias descritas no caput, os seguintes procedimentos poderão ser efetuados pelo TRT:

I- Descontar o respectivo valor dos eventuais créditos da CONTRATADA decorrentes da mesma contratação ou de outras contratações administrativas que a CONTRATADA possua com este TRT;

II- Sem prejuízo da ação descrita no inciso anterior, caso não seja suficiente, descontar o valor remanescente da garantia prestada, situação em que a CONTRATADA fica obrigada a repor ou complementar o valor da referida garantia;

III- Caso não existam valores em favor da CONTRATADA nos termos dos incisos anteriores ou estes ainda sejam insuficientes, os saldos de valores por ela não recolhidos serão tidos como não pagos e o TRT realizará, observando os procedimentos legais, a inscrição do débito da CONTRATADA na Dívida Ativa da União; e/ou

IV- Poderá haver a cobrança judicial dos valores não quitados, conforme comando do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 5.6. Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada

Forma	Periodicidade
<input type="checkbox"/> Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição
<input checked="" type="checkbox"/> E-mail	Quando necessário
<input type="checkbox"/> Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição
<input type="checkbox"/> Reunião Presencial	Quando necessário
<input type="checkbox"/> Reunião Videoconferência	Quando necessário
<input checked="" type="checkbox"/> Outra	Contato telefônico com o gestor Roberto Babini pelo nº (19) 9.8181-8182

#### 5.7. Ações de transição contratual, incluindo eventual sobreposição, e de encerramento contratual

Não se aplica

#### 5.8. Extinção

A presente contratação poderá ser extinta:

I- por ato unilateral e escrito do TRT, nas situações previstas nos incisos I a IX do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

II- consensualmente, por acordo entre as partes, com base no art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, e nos termos do quanto previsto no Termo de Referência, anexo ao Edital; ou

III- por decisão judicial, conforme previsto no inciso "III", do artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

A contratação também poderá ser extinta caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A extinção consensual somente será admitida quando houver interesse do TRT.

A CONTRATADA reconhece os direitos do TRT em caso de extinção unilateral prevista no art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

O termo de extinção será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III- Indenizações e multas.

A contratação se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o TRT providenciar a readequação do cronograma fixado para a execução contratada. E, neste caso, quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da CONTRATADA:

I- ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

II - poderá o TRT optar pela extinção da contratação e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### 5.9. Proteção de Dados Pessoais

o Tribunal e a CONTRATADA deverão cumprir rigorosamente os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), adotando medidas eficazes para a proteção de dados pessoais a que tenham acesso por força da execução desta contratação.

Para os fins dispostos na LGPD, a CONTRATADA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato de formalização da contratação, que tem ciência da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº 004/2025.

Os dados pessoais obtidos em decorrência desta contratação somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios elencados no artigo 6º da LGPD.



É vedado o compartilhamento dos dados pessoais com terceiros, salvo expresso consentimento do Tribunal e nas hipóteses permitidas em Lei.

Terminado o tratamento, os dados pessoais deverão ser eliminados ou devolvidos ao TRT, sendo permitida a conservação apenas para as hipóteses estabelecidas no artigo 16 da LGPD, inclusive quando houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, enquanto não prescritas.

Para preservar os direitos dos titulares e minimizar eventuais prejuízos, qualquer incidente de segurança deverá ser formalmente comunicado ao Encarregado pelo tratamento de dados pessoais do TRT, em até 2 (dois) dias úteis da ciência do fato.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 6.1 Quanto à utilização de instrumento de Termo de Contrato (Minuta Contratual)

Será utilizada minuta de contrato, conforme justificativa a seguir:

Considerando a envergadura e montante envolvidos nesta contratação, entendemos que o contrato permitirá melhor acompanhamento e segurança dos serviços e fornecimentos.

### 6.2. Gestão e fiscalização da execução contratual

O contrato, formalizado por minuta específica ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o TRT e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, devendo toda a documentação produzida ser juntada no processo administrativo respectivo da contratação (Proad).

Nos casos em que ocorrer, por eventualidade, a comunicação verbal, esta deverá ser reduzida a termo e juntada no processo administrativo respectivo (Proad).

O TRT poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o TRT poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de gestão e fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada pela gestão e fiscalização do contrato, representantes do TRT especialmente designados e nomeados, com os seus respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput. O acompanhamento seguirá as regras estabelecidas em normatização interna e específica do TRT, além das condições abaixo:

- 1- A gestão dos contratos compreende a gerência administrativa e a gerência da fiscalização da execução contratual, que têm por objetivo assegurar o cumprimento dos resultados almejados pelo TRT para os serviços contratados e garantir a observância das disposições legais e contratuais avençadas;
- 2- A gerência e a fiscalização da execução contratual serão desempenhadas por servidores formalmente designados, que integrarão a Equipe de Gestão da Contratação;
- 3- A Equipe de Gestão da Contratação será constituída, no ato da contratação e a critério do TRT, por todos ou alguns dos seguintes membros: Gestor do Contrato, Gestor Central do Contrato, Gestor Setorial do Contrato, Fiscal Requisitante, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo, Fiscal Setorial, bem como seus respectivos suplentes;
- 4- Nos termos do §1º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, o membro da equipe de gestão e fiscalização do contrato especificamente responsável pela atribuição anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 5- Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o membro da equipe de gestão e fiscalização do contrato especificamente responsável pela atribuição emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6- Os fiscais requisitante, técnico, administrativo ou setorial do contrato informarão ao respectivo gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 7- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, os fiscais requisitante, técnico, administrativo ou setorial do contrato comunicarão o fato imediatamente ao respectivo gestor do contrato;
- 8- Os membros da equipe de gestão e fiscalização do contrato, nas medidas das suas atribuições e em tempo hábil, iniciarão os trâmites pertinentes ao término do contrato sob suas responsabilidades, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- 9- Os membros da equipe de gestão e fiscalização do contrato, nas medidas das suas atribuições, verificarão a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanharão e encaminharão para as áreas respectivas a documentação pertinente para o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 10- Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, os membros da equipe de gestão e fiscalização do contrato, nas medidas das suas atribuições, atuarão tempestivamente na solução do problema, reportando ao respectivo gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar as suas competências;
- 11- O(s) Gestor(es) do contrato acompanhará(ão) os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 12- O(s) Gestor(es) do contrato tomará(ão) providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa;
- 13- O(s) Gestor(es) do contrato coordenará(ão) a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do TRT;
- 14- O(s) Gestor(es) do contrato emitirá(ão) documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 15- O(s) Gestor(es) do contrato elaborará(ão) relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do TRT.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



A avaliação da execução do objeto utilizará disposto neste item, bem como eventuais dispositivos descritos ao longo deste documento.

### 7.1. Forma de recebimento provisório e definitivo

Os recebimentos provisório e definitivo do objeto contratado pelo TRT observarão os parâmetros do quanto disposto nos arts. 140 a 146 da Lei 14.133/2021 e deverão, ainda, serem realizados conforme as disposições a seguir.

O Termo de Recebimento Provisório será processado pelo(a) gestor da contratação ou responsável(eis) formalmente designado(s) para tal em até 3 (três) dias úteis após a entrega do bem ou do resultado do serviço prestado nas formas e nos prazos previstos neste documento; contudo, a tradição do objeto ou o término dos serviços apenas transferem a posse do bem ou o resultado dos serviços e não implicam, por qualquer modo, a aceitação por parte do TRT quanto ao total adimplemento da obrigação, restando pendentes os exames, os testes e as verificações cabíveis para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da execução do objeto a que se refere o valor a ser pago.

A não emissão do Termo de Recebimento Provisório, ou a sua emissão com ressalvas, ocorrerá se a tradição do bem ou a entrega dos resultados dos serviços prestados não ocorrerem, ocorrerem de forma incompleta e/ou em desacordo com as regras da contratação, cabendo à CONTRATADA o contraditório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

O Termo de Recebimento Definitivo, que atestará o adimplemento da obrigação contratual, será exarado nos termos previstos neste documento e emitido pelo(a) gestor da contratação ou responsável(eis) formalmente designado(s) para tal em até 5 (cinco) dias úteis contado(s) da data do Recebimento Provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

A gestão/fiscalização não efetuará o completo ateste até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

Independentemente dos Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, permanece a responsabilidade da CONTRATADA pela correta execução do objeto, cabendo as medidas administrativas ou judiciais pertinentes em casos de vícios ocultos.

Nas medidas de suas aplicações, a emissão dos Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, levará em conta e versará sobre a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, se o caso, bem como de demais glosas pertinentes.

Fica, ainda, estabelecido que no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

### 7.2. Faturamento

No texto da(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), relativa(s) ao objeto contratado deverá constar: a data de emissão, o objeto detalhado da prestação de serviços, indicando a respectiva relação de serviços; os valores unitários e totais da mão de obra (serviços) e dos materiais utilizados, o valor de retenções tributárias cabíveis, e, se o caso, o mês e a parcela a que se refere a quitação, bem como o número do processo que deu origem a esta contratação

A(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), deverá(ão) ser emitida(s) a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da entrega do objeto ou sua parcela e transmitida(s) ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO) até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou faturas.

Se o último dia do prazo previsto no subitem anterior não for dia útil, a transmissão da(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s) ao Sistema SIGEO deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

A(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), será(ão) protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), ou circunstância que impeça(m) a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRT.

### 7.3. Pagamento

(Observação: PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO)

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.

**ATENÇÃO:** Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.)

As regras de pagamento são as abaixo indicadas:

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório.

Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado ou no objeto efetivamente entregue, e por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, as regularidades das certidões exigidas em edital serão verificadas pela área administrativa do TRT, que:

- Verificando irregularidade, providenciará a notificação da CONTRATADA, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TRT;
- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TRT deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- Persistindo a irregularidade, o TRT deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.



O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias descritas em contrato.

No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A – Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito dos valores na conta corrente da Contratada, refere-se aos trâmites interbancários.

Fica estabelecido o limite máximo de 1 (um) mês, contado da emissão da Nota Fiscal/Fatura, para que haja o efetivo pagamento do valor contratado ou das parcelas de pagamento ajustadas, conforme o caso de suas exigibilidades, devidos pelo TRT pelas despesas contratadas.

No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

A realização do pagamento à Contratada somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável e independentemente do percentual de tributo inserido no documento, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, sendo que dos consequentes termos de recebimento elaborado pelos Fiscais Técnico e Requisitante, para posterior pagamento, deverão constar as seguintes informações ou serem atendidas as condições abaixo:

I- a solução deve ser compatível com o objeto, quando este for fracionável em unidades autônomas, as quais permitem identificar as parcelas adimplidas das não adimplidas;

II- deve estar configurado que o atingimento de determinadas parcelas do objeto, ainda que identificáveis, não produz implicações para o restante da prestação do serviço e/ou do fornecimento contratados.

O efetivo pagamento da parte incontroversa, no entanto, deverá levar em consideração possíveis glosas que recaiam sobre a Contratada nos termos delineados em Leis e regulamentos aplicáveis ou na documentação da contratação firmada.

Sempre que for exigido, em todo e qualquer processamento de pagamento no âmbito do TRT, inclusive os tipos delineados nos artigos 142 a 145 da Lei 14.133/2021, bem como o pagamento direto descrito no inciso IV do § 3º do artigo 121 da mesma Lei 14.133/2021, quando e se aplicáveis, e nas medidas e formas de suas exigibilidades, será sempre observada a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, de forma que, sempre que possível, a emissão da Nota Fiscal/Fatura contemple as glosas que, eventualmente, sejam aplicadas.

Não sendo possível a emissão de Nota Fiscal/Fatura contemplando a incidência do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, conforme item anterior, o termo de recebimento definitivo, emitido pelo agente designado ou pela equipe responsável pelo recebimento, deverá indicar o percentual de glosa cabível.

A incidência de IMR descrita no item anterior contemplará a indicação de retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

I- não produziu os resultados acordados;

II- deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

III- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### 7.3.1. Quanto a possibilidade de antecipação de pagamento.

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, parcial ou total, do valor contratado.

#### 7.4. Reajuste

##### 7.4.1. Índice de reajuste que deverá ser adotado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei 14.133/2021:

IPCA

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pelo TRT, indicado no Termo de Referência.

Após o interregno de um ano, independentemente de pedido da CONTRATADA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, o valor do(s) objeto(s) contratado(s), se o caso, será reajustado anualmente, a contar da(s) data(s) do orçamento estimado pelo TRT, indicada no Edital ao qual está vinculada esta contratação, pela variação do(s) índice(s) de variação de preços indicado(s) no Termo de Referência verificada nos últimos doze meses anteriores ao reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(de qualquer dos) índice(s) de reajustamento, o TRT pagará à CONTRATADA a importância vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Caso o(qualquer dos) índice(s) estabelecido(s) para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo contratual específico.

O reajuste será realizado por apostilamento e implicará a análise do quanto já foi executado e do quantitativo por executar, sendo este montante de saldo a executar a base de cálculo sobre o qual incidirá o reajuste.

#### 7.5. Possibilidade de operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes desta contratação (Cessão de Crédito):





Fica vedado à contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Quando for permitido, não surtirá efeito sem o cumprimento das seguintes condições:

I- A prévia e expressa anuência do TRT, ficando estipulado que:

a) a não comunicação importará a ineficácia da cessão de crédito estabelecida, permanecendo regular o pagamento à CONTRATADA, conforme o artigo 290 da Lei nº 10.406, de 2002;

b) a simples notificação da Cessão do Crédito não consubstancia o consentimento do TRT sobre o fato; um termo firmado entre as partes, com fulcro na alínea "c", do Inciso II, do artigo 124 da Lei 14.133 de 2021, será o documento apropriado para a formalização e efetivação da cessão, e será assinado também pelo adquirente como anuente, o qual deverá realizar seu cadastro no sistema SIGEO e fornecer os dados do seu representante para cadastro no sistema PROAD;

II- Tendo em vista o disposto na alínea "b" do inciso anterior, no caso de ocorrência da situação prevista no artigo 102, da Lei 14.133 de 2021, a Seguradora também assinará o aditamento como interveniente anuente.

III- A cessão de crédito não exonera a CONTRATADA de continuar mantendo as condições de habilitação e qualificação em conformidade com o inciso XVI do art. 92 da Lei 14.133 de 2021. E, a CONTRATADA e o Adquirente do crédito, em conjunto ou separadamente, deverão comprovar, inicialmente e sempre que exigido, a regularidade Fiscal e Trabalhista do Adquirente, bem como da certificação de que o Adquirente não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor;

IV- Os valores que, porventura, forem retidos pelo TRT da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA e que sejam relativos ao cumprimento das garantias contratuais estipuladas na legislação aplicável, em especial os dispositivos constantes dos artigos 96 a 102 da Lei 14.133 de 2021, serão também deduzidos do montante da cessão de crédito e por consequência do depósito à Adquirente.

V- Com base na alínea "c", do Inciso II, do artigo 124, da Lei 14.133 de 2021, fica estabelecido que a cessão de crédito não importará, em hipótese alguma, a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação da execução do objeto, ficando os créditos exigíveis somente nas correspondentes datas de suas respectivas exigibilidades, inclusive ao que pertine ao completo processamento, ainda que finda a vigência da contratação.

VI- A cessão de crédito não afeta a execução do objeto contratado, que continuará sob a responsabilidade da CONTRATADA. E, salvo apenas a alteração da forma de pagamento relativa ao depósito de valores, ficam mantidas todas as obrigações estabelecidas no Edital e seus anexos, inclusive as condições de preparo para o pagamento com a disponibilização no sistema SIGEO da Nota Fiscal/Fatura emitida, sem a qual, fica o TRT desobrigado de realizar o efetivo pagamento enquanto não forem supridos os requisitos necessários, não podendo nem a CONTRATADA, nem o Adquirente do crédito, suscitar qualquer tipo de inadimplemento por parte do TRT.

O descumprimento de qualquer das disposições deste item ensejará a rescisão da presente contratação, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos do Termo de Referência, anexo ao Edital.

É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do TRT, salvo nos casos previstos em Lei.

## 8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

#### 8.1.1. Critério de Julgamento:

Menor Preço.

#### 8.1.2. Modalidade:

Pregão, sob a forma eletrônica.

### 8.2. Exigências de Habilitação:

Atestado de

capacidade

técnico-operacional: Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com a discriminação dos

serviços prestados ou do fornecimento de bens, que comprove a realização de evento para, no mínimo, 500 pessoas.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN 05/2017-MPDG, ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O Valor Máximo Estimado, a ser considerado para o Edital, bem como a respectiva data do orçamento é o que segue abaixo. Maiores detalhes, tais como os preços unitários referenciais, encontram-se no Anexo A deste Termo de Referência.

Valor total de R\$ 820.163,58 (oitocentos e vinte mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos.).

Data do orçamento estimativo: 18/03/2026

Além do disposto no Anexo A deste documento, os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, estão juntados aos documentos nº 22 a 24 dos autos, e também estão disponíveis na página de transparência deste Tribunal, que pode ser acessado pelo link a seguir:

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/18nxrx5f5TjF0A\\_DbAOH4fTejFuvWUDUWoxbeXpsJaB0/](https://docs.google.com/spreadsheets/d/18nxrx5f5TjF0A_DbAOH4fTejFuvWUDUWoxbeXpsJaB0/)

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme informado no "Anexo B - Classificação Orçamentária" parte deste documento.